



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

#### 1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de remoção de veículos automotores leves e pesados, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana;
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico, Decreto Municipal nº 599/2020, combinado com a Lei nº 8.666/93;
1.4	<b>Período:</b>	24 (vinte e quatro) meses;
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço global nos termos da Lei nº 8.666/93;

#### 2. DO SERVIÇO

2.1 A empresa CONTRATADA deverá prestar os serviços de remoção de veículos automotores leves e pesados através de veículos de sua propriedade destinados a esse fim, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

2.2 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa CONTRATADA a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
1	<i>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de remoção (reboque) de veículos automotores do tipo moto, motoneta e ciclomotor.</i>	Mensal	30 (trinta) veículos
2	<i>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de remoção (reboque) de veículos automotores do tipo automóvel, utilitários, pick-ups, triciclos.</i>	Mensal	85 (oitenta e cinco) veículos
3	<i>Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de remoção (reboque) de veículos automotores do tipo ônibus e caminhões.</i>	Mensal	05 (cinco) veículos

#### 3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.3 A presente contratação dos serviços de remoção de veículos automotores leves e pesados possui o fito de atender as necessidades da Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana no que concerne a remoção de veículos que estejam cometendo infrações de



trânsito nas quais as medidas administrativas, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro – CTB (LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997) seja a remoção do veículo e de veículos abandonados ou em situação que caracterize abandono (Lei Municipal nº 4.598/2017).

3.4 Os veículos removidos serão transportados para o pátio da SMOMU, localizado à Rua Vicente Sobrinho, 80 – Olaria – Nova Friburgo/RJ.

3.5 A remoção do veículo tem por finalidade restabelecer as condições de segurança e fluidez da via ou garantir a boa ordem administrativa. Consiste em deslocar o veículo do local onde é verificada a infração para depósito fixado pela autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via.

A medida administrativa de remoção é independente da extinta penalidade de apreensão e não se caracteriza como medida antecipatória da penalidade.

A remoção deve ser feita por meio de veículo destinado para esse fim ou, na falta deste e excepcionalmente, valendo-se da própria capacidade de movimentação do veículo a ser removido, desde que haja condições de segurança para o trânsito.

A remoção do veículo não será aplicada se o condutor, regularmente habilitado, solucionar a causa da remoção, desde que isso ocorra antes que a operação de remoção tenha sido iniciada ou quando o agente avaliar que a operação de remoção trará ainda mais prejuízo à segurança e/ou fluidez da via, sendo que este procedimento somente se aplica para o veículo devidamente licenciado e que esteja em condições de segurança para sua circulação.

A restituição dos veículos removidos só ocorrerá após o pagamento das multas vencidas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica.

**3.6 As estimativas correspondentes foram baseadas na média de veículos removidos no ano de 2021 acrescida a estimativa de aumento que haverá com a remoção de veículos pesados e também da remoção de veículos abandonados ou em situação que caracterize abandono, tendo em vista que no ano de 2021 a Lei Municipal nº 4.598/2017 foi alterada pela Lei Municipal nº 4826/2021, regularizando a remoção destes.**

**3.7 A estimativa mensal é de 120 veículos, sendo que este número pode variar tanto para mais quanto para menos, conforme as operações de trânsito.**

3.8 O contrato será de 24 (vinte e quatro) meses a fim de buscar maior *vantajosidade*, menores preços e manter a prestação continuada do serviço, dada sua essencialidade, sendo garantidor, na maioria das vezes, do direito constitucional de ir e vir dos cidadãos e na manutenção da segurança viária, tirando de circulação aqueles veículos que ofertam risco exponencial por seu estado de conservação ou condições mentais e/ou físicas de seus condutores.

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**



4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 **As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).**

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## **5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.15 <Serviços de Transportes, Frete e Carreto>
5.1.2	<b>Fonte de Recurso:</b>	13 <Fundo Municipal de Mobilidade Urbana>
5.1.2	<b>Programa de Trabalho:</b>	31001.2678200922.227 <Serviço de reboque de veículos automotores leves e pesados>

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, CNPJ: 20.095.168/0001-35. ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225 – CENTRO - NOVA FRIBURGO – RJ. CEP: 28613-001.**

## **6. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO**

6.1 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.

6.2 A solicitação do reboque será realizada via telefone pela autoridade de trânsito, agentes de trânsito e guardas municipais.

6.3 A prestação do serviço deverá ter disponibilidade obrigatória de mínimo 02 (dois) veículos de reboque para atendimentos 24 horas, todos os dias da semana, úteis ou não, sendo que os casos de atendimento no 1º Distrito do Município deverão ser prestados em até 30 (trinta) minutos contados a partir da solicitação por telefone, até 60 (sessenta)



minutos no 2º, 4º e 6º Distritos e até 90 (noventa) minutos no 3º, 5º, 7º e 8º Distritos, salvo motivos de força maior, devendo ser devidamente justificados quando da ocorrência, através de resposta por escrito a Ofício emitido pelo Gestor do Contrato indagando sobre o fato.

6.4 A CONTRATADA deverá dispor de veículos com capacidade para a remoção de veículos tanto leves como pesados, conforme informado no momento da solicitação.

6.5 Os veículos deverão estar caracterizados com dísticos removíveis contendo a informação “A serviço da Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana – SMOMU”, dispostos na dianteira, nas duas portas e na traseira (podendo, neste último caso, ser disposto atrás da cabine, em local visível). Na eventualidade do veículo ser utilizado para prestação de serviço a terceiros, os dísticos deverão ser removidos.

6.6 Os custos para caracterização do veículo ficarão a cargo da CONTRATADA.

6.7 Os veículos (reboques) deverão ter o seguro total sobre o veículo removido.

6.8 Os veículos removidos serão transportados para o pátio da SMOMU, localizado à Rua Vicente Sobrinho, 80 – Olaria – Nova Friburgo/RJ.

6.9 A CONTRATADA se responsabiliza pela devida habilitação de seus condutores, conforme o artigo 143, da Lei Federal nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro – CTB, conforme o tipo de serviço prestado.

6.10 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, no que couber, referentes ao vencimento, encargos sociais, vale-transporte, vale-alimentação, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico e todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais.

## **7. DA LIQUIDAÇÃO**

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## **8. DO PAGAMENTO**

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – que abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.



8.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

9.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

9.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

9.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;

9.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos à CONTRATADA;

9.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Atender de imediato às solicitações da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

10.1.2 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

10.1.3 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana, para representá-la na execução do Contrato;



10.1.4 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.5 Fornecer insumos operacionais dos equipamentos, tais como, combustível, óleos, filtros, correias, mangueiras e outros que se façam necessários;

10.1.6 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.1.7 Os motoristas deverão ser habilitados conforme o artigo 143, da Lei Federal nº 9.503/97, Código de Trânsito Brasileiro – CTB e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.1.8 Fornecer à Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o município através da Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana;

10.1.9 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência;

10.1.10 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

10.1.11 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

10.1.12 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

10.1.13 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou de terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Ordem e Mobilidade Urbana;

## **11. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**



12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>GESTOR / FISCAL</b>
José Roberto Ruiz de Azevedo	62.954	Gestor titular
João Victor Fernandes de Jesus	62.907	Gestor substituto
Alexandre de Paula Pinto	115.001	Fiscal titular
Renato de Souza Silva	62.720	Fiscal substituto

13.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotar(á) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

13.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

13.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência.





## 15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a CONTRATADA que:

- 16.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 16.1.2. Apresentar documentação falsa;
- 16.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 16.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.5. Não manter a proposta;
- 16.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 16.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

16.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 16.3.1. **Advertência**;
- 16.3.2. **Multa compensatória no percentual de até 10%** (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 16.3.3. **Multa compensatória no percentual de até 5%** (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso);
- 16.3.4. **Multa moratória no percentual correspondente a 0,5%** (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 16.3.5. **Multa moratória no percentual de 10%** (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 16.3.6. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 16.3.7. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a





penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.3.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

16.4 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

## **17. DA SUBCONTRATAÇÃO**

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **18. DA RESCISÃO**

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana.

Nova Friburgo/RJ, 30 de março de 2022.

<b>GESTOR:</b>	<b>APOIO TÉCNICO:</b>
----------------	-----------------------



<hr/> <b>José Roberto Ruiz de Azevedo</b> Matr.: 62.954	<hr/> <b>Alexandre de Paula Pinto</b> Matr.: 115.001

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Fabício Corrêa Medeiros**  
Secretário Municipal de Ordem e Mobilidade Urbana  
Matr.: 62.007